



ALICENEWS.CES.UC.PT

## INSURGENT AND INTERCULTURAL CONTENT IN ENGLISH, PORTUGUÉS Y ESPAÑOL

#46

2022-12-14

ISSN 2795-515X



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

### Os infundáveis dias de activismo contra as violências contra as mulheres e as micro-políticas de paz

AN Original - Alice Comenta

Quando se está no meio de um conflito armado o que mais se deseja é que as armas se calem e aquela violência que nos amedronta a cada segundo que passa, fere e mata os corpos, termine. Quando cessam os combates(...)

Por Teresa Cunha



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

### Trabalhadoras domésticas e migrações: entre a emancipação e a precariedade

AN Original

O trabalho doméstico que por muito tempo aprisionou a mulher ao lar a colocando como responsável pela reprodução de novas gerações não desapareceu, mas é cada vez menos condição suficiente para aceitação(...)

Por Marcela Uchôa



[en](#) [Reflection](#) [Anti-Capitalism](#) [Anti-Colonialism](#) [Anti-Heteropatriarchy](#)

### Yes! Populism has benefits for democracy.

AN Original - UNPOP Series

This article is part of the UNPOP series - Unpacking Populism, published on a monthly basis and edited by Cristiano Gianolla and Maíra Magalhães Lopes.

By Célia Lima Pelado



## We Have Not Yet Been Defeated

### AN Original

This year alone, extreme climate disasters transpired throughout the world, with a particular concentration in the Global South. While record-high temperatures resulted in desctructive droughts and wildfires throughout(...)

By Daniela Silvestre Jorge Ayoub



Facebook



Twitter



YouTube



RSS

Centro de Estudos Sociais      Tel +351 239 855 570  
Colégio de S. Jerónimo      Fax +351 239 855 589  
Apartado 3087  
3000-995 Coimbra, Portugal      alicenews@ces.uc.pt



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



ces Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Os infundáveis dias de activismo contra as violências contra as mulheres e as micro-políticas de paz

## AN Original - Alice Comenta

2022-12-06

Por Teresa Cunha

Quando se está no meio de um conflito armado o que mais se deseja é que as armas se calem e aquela violência que nos amedronta a cada segundo que passa, fere e mata os corpos, termine. Quando cessam os combates sente-se uma enorme sensação de alívio, mas ela é muito fugaz. Na realidade, para as mulheres, a guerra e a violência não termina com o cessar-fogo. Sabe-se que para elas a casa onde vivem e os seus corpos e mentes continuam a ser campos de batalha onde os homens que regressam descarregam as suas frustrações, traumas e a convicção aprendida na guerra que só a violência é a resposta para todas as contrariedades e conflitos. De imediato percebe-se que tudo sobre fazer as pazes ainda está por fazer:

- compreender e lidar com as causas mais recentes e as mais longínquas do conflito
- fazer a reconciliação entre as partes envolvidas
- reconstruir os territórios e as instituições
- criar subjectividades que confiem de novo na eficácia da paz
- trabalhar para restabelecer os níveis de confiança horizontal e vertical
- lidar com e pacificar as memórias
- e tantas outras coisas...



capulana mandada imprimir para uma campanha pela Paz em Cabo Delgado do projecto 'Territórios em Conflito' com o CEAP de Pemba e o Centro de Investigação para a Paz Gernika Gogoratuz

De qualquer modo já sabemos algumas coisas importantes sobre a construção da paz. A primeira é que a paz não é um conceito unívoco e universal, por isso é mais correcto falar no plural: as pazes. A segunda é que as pazes implicam muito mais do que calar as armas seguido da aplicação do modelo da democracia liberal com um Estado de direito, a separação de poderes (legislativo, executivo e judicial) e uma economia de mercado (capitalista). A terceira é que as pazes se constroem actuando nos diferentes níveis do tecido social, desde o local ao global, eu diria mesmo, desde o espiritual e subjectivo até ao nível das instituições multilaterais globais. Outra aprendizagem, que até pode ser um cliché, mas que nem por isso perdeu sentido, é afirmar que não há paz sem justiça nem justiça sem paz! E tanto uma como outra têm que ser pensadas, imaginadas e realizadas pelas pessoas de um determinado território inseridas num tempo histórico e participantes de uma cultura pensada como comum. Sabemos também que as pazes nunca se conseguem através das soluções militares, por mais sofisticadas que possam parecer porque na verdade são máquinas de guerra e de aprofundamento das espirais de brutalidade. Militarizar uma sociedade é reforçar o mito da eficácia da violência e continuar a alimentar e a provocar trauma; é injectar nela mais violências, muitas vezes escondidas nas sombras dos espaços privados ou no (ab)uso da violência pelos Estados. Ganhar uma guerra é sempre uma falácia porque o rasto de destruição e aniquilamento que é deixado apenas prorroga, no tempo, as memórias amargas que alimentam desejos de vingança que são sempre lugares e tempos de inferno que não se desvanecem.

Por outro lado, sabemos que as pessoas são mais competentes para fazer as pazes do que para infligir crueldades. Ao contrário do que o senso comum militarista apregoa na ladainha do medo do 'outro' e da 'natureza' violenta de que a humanidade é refém, na realidade, basta uma observação atenta da vida quotidiana para perceber que o que se passa é, justamente, o contrário. As pessoas, os grupos e as sociedades estão permanentemente a gerir conflitos dos mais variados e a encontrar

soluções que não passam pela violência nem por perpetrar dano a outrém. É a cooperação, a comunhão, como diz Freire, que nos salva e nos permite viver. O activo esquecimento ou negligência destas competências humanas é construído e repetido até à exaustão para legitimar aquilo que a indústria e o negócio das armas no mundo precisam para justificar a pulsão destruidora e assassina de um capitalismo que não sobrevive sem matar e sem exterminar.

Ora é a partir de aqui que me dou conta de como a simples reivindicação de incluir mais mulheres nos chamados processos de paz, que a exigência da implementação dos planos intitulados de Mulheres Paz e Segurança que têm por base a Resolução CS 1325/2000 da ONU são a parte mais pequenina, ainda que importante da participação das mulheres, de todas as idades e em todo o lado, nos processos de construção das pazes.

Não é uma discussão fácil para mim porque, em parte, o meu argumento parte daquilo que os diferentes tipos de regimes materiais e simbólicos instituídos sobre a ideia da superioridade ontológica e social dos machos fizeram da maioria de nós, as fêmeas humanas: as cuidadoras de quem se espera abnegação, paciência e silêncio. O que me faz avançar no meu argumento não é a defesa de algum tipo de essencialismo que se tenha imposto às mulheres nem de uma responsabilidade especial delas para lidar, com resignação, com os sofrimentos e violências que lhes são impostos. Pelo contrário.

Por isso, faço a mim mesma as seguintes perguntas: o que aprendemos nós, as fêmeas humanas e as demais pessoas que se representam femininas, sempre tidas como subalternas ao longo de milénios durante os quais nos remeteram para todas as invisibilidades, silenciamentos, para nos mantermos vivas? Que habilidades para desviar, amortecer, enganar, desafiar, esconder precisamos desenvolver para lidar com todo o tipo de violências? O que aprendemos nós com a nossa valentia quando gritamos e ocupamos as ruas à frente de todo o tipo de armas, fazemos dos nossos territórios as nossas lutas, nos desnudamos para afrontar as hipocrisias dos homens, quando perseveramos em maternidades rebeldes, quando mantemos vivos os nossos seres amados com os nossos cuidados, o nosso trabalho, a nossa atenção? O que aprendemos nós com a exploração dos nossos corpos, com a violação das nossas vaginas e os sangues podres das nossas vidas destroçadas pelo estupro?

De imediato questiono-me se, de tudo isto que aprendemos, muitas vezes debaixo dos chicotes machistas, alguma coisa pode ser usada para nos libertarmos e libertar o mundo de todas as violências?

Atrevo-me a pensar que muitos desses conhecimentos e competências aprendidas e desenvolvidas nesses sofrimentos todos são fundamentais para pensar a vida de outra maneira. Elas têm sido as bases de micro-políticas de pazes, que necessariamente estão presentes na vida de todos os dias e que asseguram que os conflitos que enfrentamos podem ser transformados de maneira a não perpetuar nem alimentar mais dano, mais dor e mais destruição. Numa relação tão desigual como é a da violência entre quem a perpetra e quem a sofre, a força da resistência que as mulheres aprenderam ao longo dos milénios está, muito para lá, dos modelos de construção da paz sobre os quais os mais reputados intelectuais escreveram e publicaram.

Muito há ainda para se pensar e dizer sobre este assunto. Muitas dúvidas e perguntas estão ainda no corredor das minhas reflexões. Todavia, talvez valha a pena pensar que, se nos mundos das guerras e das pazes se desse prioridade e atenção a essas micro-políticas de paz que as mulheres aprenderam e realizam todos os segundos das suas vidas talvez, quem sabe, a indústria de armamento falisse, as chamadas a mais violência para resolver as que já enfrentamos deixasse de

fazer sentido e a nossa Mãe Terra nos fizesse sentir que esse caminho tomado nos daria aquilo de que precisamos: vidas gostosas de serem vividas e que são responsabilidades de nós todos e todas.

Como diz a Aicha lá na aldeia de Natuko em Cabo Delgado: *A paz é boa, é alegre, é bonita, é ter passado, presente e futuro. É como quando a gente se junta na machamba para plantar e colher.*

---

*Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*

---

**Teresa Cunha** é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde ensina em vários Cursos de Doutoramento; co-coordena a publicação 'Oficina do CES' e o Programa de Investigação Epistemologias do Sul. Co-coordenou os ciclos do Gender Workshop entre 2012 e 2022. Coordena a Escola 'Ecologias Feministas de Saberes' É professora-coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Coimbra e investigadora associada do CODESRIA e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Em 2017, foi agraciada com a Ordem de Timor-Leste pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Os seus interesses de investigação são feminismos e pós-colonialismos; outras economias e economias feministas mulheres; transição pós-bélica, paz e memórias; direitos humanos das mulheres no espaço do Índico. Tem publicados vários livros e artigos científicos em diversos países e línguas dos quais se destacam: Mulheres, Territórios e Identidades vol 1, 2 e 3; Women InPower Women. Outras Economias criadas e lideradas por mulheres do sul não-imperial; Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor- Leste; Ensaio pela Democracia. Justiça, dignidade e bem-viver; Elas no Sul e no Norte; Vozes das Mulheres de Timor; Timor-Leste: Crónica da Observação da Coragem; Feto Timor Nain Hitu - Sete Mulheres de Timor»; Andar Por Outros Caminhos e Raízes da Participação.



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como originais licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como originais licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Trabalhadoras domésticas e migrações: entre a emancipação e a precariedade

## AN Original

2022-12-02

Por Marcela Uchôa



O trabalho doméstico que por muito tempo aprisionou a mulher ao lar a colocando como responsável pela reprodução de novas gerações não desapareceu, mas é cada vez menos condição suficiente para aceitação social. A Organização Internacional do Trabalho, OIT, em seu último relatório divulgado em 2022 assinala que apenas 6% dos trabalhadores domésticos em todo o mundo têm acesso a algum tipo de proteção social. Esse dado quando interligado a questões de

gênero e migrações, reacende um debate antigo, a saber que a necessidade das mulheres de emigrar, sair de casa e levar seu trabalho produtivo para as ruas para melhoria de vida e/ou garantir o sustento da família acabou por infringir a elas novas formas de violência.

Aquilo que no período colonial era percebido como exterioridade, que Dussel situou como tudo que vinha de fora do território europeu, com o tempo passa a ser negociado dentro de suas próprias fronteiras. Esta “exterioridade” que passa a habitar dentro da própria Europa é criada na interpelação de migrantes e refugiados não europeus ou da Europa de Leste como racializados, etnizados e percebidos como um “outro” da nação. Um “outro” que se estabelece nas condições materiais de vida, impostas pelas políticas migratórias configuradas na lógica do capitalismo.

A busca crescente das famílias dos países mais ricos da Europa do Norte por trabalhadoras domésticas imigrantes – seja do leste europeu mais pobre, ou da América-latina, segue as demandas de uma economia pós-fordista flexível e também precarizada. Nesse sentido, o trabalho de uma migrante não-legalizada permite às mulheres de regiões mais ricas da Europa se dedicarem à carreira e ao seu desenvolvimento pessoal.

Segundo Encarnación Gutiérrez-Rodríguez (2010), contrariando as expectativas de que a divisão sexual do trabalho nos lares das nações da Europa do Norte faria com que as relações no capitalismo global tivessem se tornado mais equilibradas, o que assistimos é a perpetuação das relações de gênero nos países subdesenvolvidos. O emprego dado a uma outra mulher para cumprir o trabalho doméstico, evita eventuais desgastes na tentativa de convencer o homem de uma participação doméstica mais igualitária. Além disso, a mulher de classe-média bem-sucedida em suas relações de trabalho sustenta o bem-estar da família e permite que seus membros busquem suas carreiras ou tenham uma boa vida profissional.

A transmissão de afetos num lar, deixa clara a complexidade do encontro de mulheres nas relações de dependência e exploração na lógica da desigualdade global. Encarnación Gutiérrez-Rodríguez enfatiza que essas relações não são somente marcadas por aspectos econômicos, mas são também caracterizadas por desigualdades geopolíticas e raciais. Enquanto as trabalhadoras domésticas latino-americanas migrantes sem documentos, veem seu trabalho associado a estratégias de sobrevivência e mobilidade social - para a “patroa”, esse vínculo está relacionado à chance de delegar uma tarefa não prazerosa para outra mulher. Privilégio que possibilita se dedicar à carreira profissional ou mesmo ter mais tempo para livre. Elas não moram no mesmo bairro, não tem o mesmo círculo de amizades, e demarcam-se que sua única relação em comum, é a trabalhista. As relações afetivas entre donas de casa e trabalhadoras domésticas e a relação de colonialidade contínua do poder nos processos de transculturação faz-nos defender a urgência de se pensar a relação trabalho e migração desde um ponto de vista dos estudos feministas.

O reconhecimento social do trabalho doméstico e de sua força de trabalho, comumente racializada e feminilizada, revela como o trabalho não é constituído apenas por sua qualidade, mas por seu caráter quantificável em termos de quem faz o trabalho doméstico.

Nesse sentido, o trabalho não é apenas mal pago porque é considerado improdutivo, mas porque quem faz esse trabalho é sujeito feminilizado e racializado, considerado “menor” diante do sujeito hegemônico. Posto isto, é necessário perceber a qualidade biopolítica específica deste trabalho, para tanto, precisamos partir do valor afetivo em relação ao valor de uso e valor de troca, que representa o caráter relacional e social de interações humanas. Ele se concentra no valor produzido dentro de um sistema hierárquico de classificação colonial, arraigado na lógica e dinâmica do sistema mundial moderno.

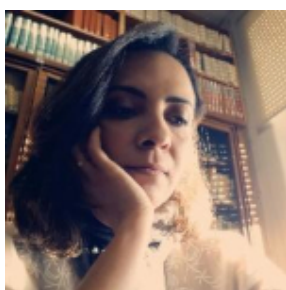


Ora, na medida em que a família denota a esfera privada como locus privilegiado de reprodução da vida social, também é um objeto de interesse para decisões políticas. De forma que, cuidar da família ainda está no centro da governabilidade liberal; no entanto, as políticas nesta área sempre foram cuidadosas em não interferir na privacidade da família, postura que oculta violências e silenciamentos. Essa análise é importante para reconhecemos o papel da mulher no processo de reprodução capitalista.

Mas, será possível pensar estratégias sociais e de cuidado entre mulheres com relações de poder e realidades socioeconômicas tão distintas? Em primeiro caso é necessário reconhecer que a migração do "Sul global" para "Norte global" recria instâncias que remetem a um exterior, dentro das fronteiras dos Estados-nação europeus. A fim de desestabilizar este projeto de desumanização, baseado na exploração das condições precárias de vida e trabalho para sujeitos de gênero e racializados projetados como o "outro" da Europa, é necessário reforçar estratégias políticas que promovam uma ética decolonial de responsabilidade. Sendo que esse processo de transformação não é possível sem que rompamos com a lógica de conflito entre capital vida que incide não só sobre as relações de trabalho e violência, como sobre as relações entre mulheres, a partir das diferenças de classe e raça.

Diante de todo o exposto, também é importante perceber que foi o trabalho doméstico que nos permitiu compreender o capitalismo como estruturador da esfera privada, na medida em que atua em defesa de um modelo específico de família, sexualidade e procriação, como esfera das relações de produção – essa percepção nos permitiu compreender que é esse o terreno para as lutas anticapitalistas.

Imagem: Alfredo Cáceres para La Tercera



**Marcela Uchôa** é investigadora integrada ao Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra (IEF); doutora em filosofia política pela Universidade de Coimbra.



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



Organização das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sofia  
inscrita na Lista do Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como originais licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como originais licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Yes! Populism has benefits for democracy.

## AN Original - UNPOP Series

2022-11-30

By Célia Lima Pelado

*This article is part of the UNPOP series - Unpacking Populism, published on a monthly basis and edited by Cristiano Gianolla and Maira Magalhães Lopes.*



Political opponents and mainstream media tend to frame populism as a scourge that contaminates democracies and political discourse. I argue that this derogatory tendency to define populism is over-simplistic, because populism can also carry benefits for the development of democracy and not just corrupt it. To sustain this argument, I will outline some benefits to democracy, based on existing literature, and taking the case of Portugal as an example.

Regardless of what populism is, or can be, it is still viewed as an inherently bad phenomenon for (liberal) democracies around the world. This is because populism is described as a construct that

emerges through a binary and polarising division of the world. Populism, at its very basic core, builds on the opposition between 'the pure people' and 'the corrupt elites'. Populist leaders create an 'us' versus 'them' narrative. Right-wing populism takes a nationalist turn, which can extend to nativism, where 'us' is defined as the true and native people of the *nation*, and 'them', as the vilified 'others', encompassing elites, migrants and minorities. In this case, the focus on social change targets other social groups aside from the elites and endures an exclusionary approach. On the other hand, left-wing populism tends to focus on a workers-versus-oligarchies oppositional framework, with the people on the bottom and the elites on the top, whilst offering, as a solution, a more socially inclusive approach with a focus on economic change.

However, this binary division of the world does not make populism an inherently bad thing. This division between 'us' and 'them' is very common in politics and is often used as a tool to create a sense of identity. As Harari puts it, the creation of collective identities is what, over centuries, has led us to cooperate with unknown individuals and it is only thanks to this that Sapiens have managed to create large communities that can cooperate. Similarly, in politics, this creation of identities allows socio-political groups of the same country to cooperate and relate to strangers through their shared ideology, allowing a separation between them and their political opponents for a better debate of ideas. Chantal Mouffe calls this agonism. However, in Portugal, this agonism has been moderate given the distribution of seats favouring mainstream parties; since 2019, the parliament has been made up of 80% centre parties (PS and PSD), which increased to 85% in 2022, taking away strength from both sides of the political spectrum. Also, the complicity between these two centre parties has increasingly reinforced the fading of political agonism.

Mouffe argues that this consensus results in a moralisation of politics, framing certain parties, such as those identified as populist, as 'the enemy' within what she presents as the neoliberal hegemony and its individualistic culture. Populist parties are criticised because of the intense use of emotions, while for centuries political theory has underscored emotion against rationality. For Mouffe, we live in a democratic regime where rational deliberation has primacy and those mobilising emotions to respond to social demands are accused of wanting to destroy democracy. Thus, political agonism is demolished by the liberal way of thinking, a 'liberal thought' that underestimates the agonistic formation of identity in an adversarial, but not enmity sense.

The intense and skilled use of emotions results in the fact that populist leaders and voters are commonly labelled as 'mad', as a way of delegitimising them from the rational political arena. Emmy Eklund argues that emotions have always been used to exclude groups from political participation. Women, for example, were not allowed to vote because they were 'too emotional'. However, this rationalist homogenisation of the political field concentrates on the centre and conveys a feeling that 'it's all the same' to the population. Politicians are merely seen as technocrats who are unable to relate to ordinary citizens' democratic demands.

Considering voter abstention rates as a negative indicator of trust in democracy, we can see that since 2009, Portugal's abstention rate has increased by 11.1% (from 40.3% in 2009 to 51.4% in 2019) reaching the highest rate ever recorded. In 2022, the abstention lowered to 48.6%, this decline can be partly attributed to the emergence of the right-wing populist party CHEGA and its leader André Ventura on the Portuguese political scene. This may indicate that populist outlets can incite a higher voter turnout. Voting for or against CHEGA is not relevant to the argument, what matters is that political participation has increased. This is one of the benefits of populism for democracy, as other international studies have also shown.

Sheri Berman argues that populism is a symptom of the population's dissatisfaction with democracy. He and Mouffe show how the political context affects the appearance of populist

leaders, starting with a socio-economic crisis, where leaders were unable to solve people's problems, creating fertile ground for the rise of populist actors. In Portugal, like in other European countries, the economic crisis of 2008 was a turning point. The moment when the population needed their governments the most, but they were unable to help due to the neoliberal ideas imposed by international institutions, including the EU, which Portugal subscribed to. It is in this austerity context that Portugal faced new elections, with a centre right-wing coalition (PSD and CDS-PP) winning and taking up the challenge of leading the country through hard times. Suddenly, Portugal had no say in their internal policies, which led to what some authors call a "radicalisation of austerity". In this climate, previous right-wing topics like migration and corruption took a back seat in the political discourse, with both parties moderating their speech. This created a vacuum, as groups in society who were concerned about these issues ended up feeling marginalised. This set fertile ground for the emergence of voices like André Ventura's, which grew due to the population's dissatisfaction with the central government. Ventura brought to the debate topics rejected by mainstream parties, such as corruption and the problems associated with immigration. Although Ventura is not unanimously considered an enemy, opposition to his political legitimacy is often raised by the left. For example, in 2021, Ana Gomes requested the illegalisation of the CHEGA party. Conversely, PSD has already created a government with the indirect support of CHEGA in the Azores and, due to the voter turnout in the last legislative elections, it is predictable that they will need CHEGA to govern in the future (in 2022, PDS received 27.67% of the vote and CHEGA 7.18%).

Although CHEGA is marginalised in the political arena, its rise seems to be due to the use of emotions such as frustration and anger, through which it articulates social dissatisfaction. This is what Cas Mudde describe as pathological normalcy. The ideas espoused by populists are already ideas shared in the mainstream, albeit at a moderate level. Populists polarise social identities, shifting from socio-economic problems (e.g., unemployment) to refocus on sociocultural issues (e.g., Roma people and migrants) and this is where emotions are successfully mobilised. Thus, the populist mobilisation of emotion is a strategy to appeal for the resolution of economic-political issues that are contingent in society, however, misplacing them in the cultural perspective. This is the demagogic way in which populism uses emotions by giving simplistic 'cultural' solutions to complex 'socio-economic' problems.

If it is wrong to use emotions to reinforce racism and xenophobia, it is necessary to consider that emotions are fundamental for people to feel heard in politics. Mouffe calls them, 'passions' that create identifications and, above all, interest in pluralistic dynamics, without this, the debate becomes apathetic and uninteresting. For instance, during the presidential elections in 2021, not only was Ventura the leader of interactions on Facebook and Twitter, but the interactions of the other candidates skyrocketed when they talked about him. This shows how interesting and appealing Ventura seems to be to the population, because he provokes emotions in them. For some, it may be anger, and for others pride, but the fact is he is successfully drawing people into politics.

Therefore, despite all the demoralisation and threat that populism may or may not bring to democracy, it offers some advantages. It increases political participation, by intensifying the agonism: first by contributing to the political debate with polarised ideas, with recourse to emotions/passions; and second, by expanding involvement in democratic debates for people that feel marginalised and unheard. This disputes the reason-centrism of "liberal thought". Populism allows for the expansion of democratic debates focusing on issues and perspectives that are marginalised in mainstream politics. The problematic issues arise when populism turns to the antagonistic creation of social identities, based on racism and xenophobia. To tackle this issue, mainstream politics should not disregard emotions present in society - thus leaving the space to extremist forces - but rather engage with them and seek to reposition them within the political realm on a non-dualistic plain with reason.



**Célia Lima Pelado** has a degree in International Relations from the Faculty of Economics of the University of Coimbra. She is currently a postgraduate student in Social Economy: Cooperativism, Mutualism and Solidarity at the Faculty of Economics of the University of Coimbra. She joined the project "*UNPOP project - UNpacking POPulism: Comparing the formation of emotion narratives and their effects on political behaviour*", coordinated by Dr. Cristiano Gianolla and Dr. Lisete Mónico, at the Centre for Social Studies, as a trainee in 2022. Main research interests: International Conflicts, Epistemologies of the South, Foreign Policy, Social Behaviour.



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra



1 2 9 0  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sãfia  
Inscrita na Lista do Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# We Have Not Yet Been Defeated

## AN Original

2022-11-23

By Daniela Silvestre Jorge Ayoub

This year alone, extreme climate disasters transpired throughout the world, with a particular concentration in the Global South. While record-high temperatures resulted in desctructive droughts and wildfires throughout Europe, heavy downpours and flash floods devastated entire regions, such as Southern Asia, South America, and West Africa. In Pakistan, nearly one-third of the country was underwater, leaving 1,717 people dead and 2.1 million people displaced. In Nigeria, half of its states experienced extensive flooding in which 600+ people lost their lives and 1 million people were displaced. While the consequences of global warming and climate change have been felt throughout the globe, its most disastrous effects are undoubtedly asymmetrically distributed. Although the Global North is responsible for over 90% of global emissions, the impact of ecological crises are wreaking havoc throughout the Global South. Those who live under the legacies and contemporary brutalities of imperialism are well aware who are at the helm for the harm and devastation ravaging their lands.



During this year's United Nations' Climate Changes Conference (COP27), held in the elitist resort bubble of Egypt's Sharm El Sheikh, there was much talk about loss and damage, the pressing need for action and the worsening realities for many people throughout the world. There is a special irony when calls for climate reparations are made by an Egyptian administration that not only engages in extensive greenwashing but specializes in ensuring loss and enacting horrific damage on its population. Yet, the most extraordinary attention during this year's conference, and the most significant moments of COP27 among the otherwise dangerous theatrics of world leaders, was undoubtedly the presence of British-Egyptian political prisoner Alaa Abd el-Fatteh. Alaa, a blogger, activist, father, among many other roles, is one of over 60,000 political prisoners in Egypt. Imprisoned for his criticism of the Egyptian regime, he has been subjected to torture and inhuman treatment. In protest of his imprisonment, Alaa was on hunger strike from early April through mid-November. After a near-death experience, Alaa decided to pause his hunger strike for the sake of his cellmates, as he could sense that they were deeply distressed by his degradation. Several translations of his work have been published in Portuguese on AliceNews.

In the build-up to COP27, extensive calls were made to demand the boycott of the event. Eventually, as the event's date approached, demands focused on the increase of political pressure for Alaa's release. A series of statements were made by British politicians, including former and current prime ministers, requesting that Alaa be released and granted consular access. Despite the countries' leaders meeting face-to-face several times throughout the last months and the significant relationship between the British and Egyptian states, Alaa remains without consular access and imprisoned under the same conditions. Although Alaa was not physically present at COP27, he was everywhere. Sanaa Seif, Alaa's sister, was undoubtedly the most popular guest at the event. A media frenzy followed her every move; microphones seemed to surround her at all times. Pointing to how these crises were, too, manufactured in the colonial metropolises, Sanaa argued not only for the release of her brother but underlined how ecological justice and the struggle for human rights could not be separated.

One way in which we can engage the intertwining of these struggles is by considering the imminent danger that prisoners face in the context of climate catastrophes. Journalist Alleen Brown notes how in the United States alone over 6,500 prisons have been identified as some of the hottest places in the nation – with some reaching nearly a debilitating 55 degrees Celcius this summer. People across the country – across the world – are locked in cages, many in sub-human conditions, with no access to air conditioning, without the ability to seek shade or water by their own will. In addition to these deadly tribulations, prisoners face another obvious threat - incarcerated people are unable to flee when either conditions become unbearable, or crises occur too suddenly to implement emergency measures. In solidarity with Alaa, the hundreds of thousands of prisoners in Egypt and the millions of people behind bars around the world, below is an excerpt from Alaa's writings on climate change, titled "The Weight of the World", in hopes that it can help further enrich our visions for justice everywhere:

"Among family, I – half-joking – asked where should I go to rebuild my life when they finally release me. The quick answer was 'avoid islands, they might not be around much longer'. I couldn't work out if the sarcasm was about how long it will be until I am free, or how imminent environmental catastrophe is.

A few days later I made fun of a friend who used the word 'ark' in a phone call. I asked if she expected a repeat of Noah's Flood. She answered with a kind of panicked seriousness that she was terrified of the inevitability of her kids inheriting a planet unrecognizable because of climate change.

Climate change is often imagined as a modern variant of the Flood – like the Night King and the Long Winter in Game of Thrones; a moment of truth when the wrath of the heavens descends on humankind as a punishment for ignoring all the evidence and busying ourselves with conflicts and ambitions unworthy of the approaching, existential threat.

These depictions encourage us to think that being aware of the catastrophe is the key to avoiding it. Thousands of scientists and activists have made it their lives' mission to raise awareness of the dangers of greenhouse gas emissions until the perils of climate change are in our nightmares and in our jokes. But what has this increased awareness actually changed?

Imagine if Noah's people had become aware to this degree of the danger of the Flood and its inevitability. Would this awareness have led to smarter behaviour than what we read in the holy books? Or would they have fought over the high ground and ship-building timber? In the battle over limited resources that could determine who lives and who dies it's likely that the wealthy, the powerful and the influential will use their privilege to ensure their and their loved one's survival after the Flood – and will work hard to retain this privilege in post-Flood world. As for those without power or influence they'll try to attach themselves to Strong Men or organized groups that might provide a path to safety; or they'll take refuge in extreme religious ideologies that hold out the hope of a miracle; or perhaps go to another extreme and try to destroy all the means of escape monopolized by the few because they are attempts to derail scripted destiny. Some people will accept a brief life and live it with no thought for the future, some will exploit fear to corner the timber trade or to assume prophethood or claim possession of construction secrets to build indestructible dams...

The crisis, for certain, is not a crisis of awareness, but of surrendering to the inevitability of inequality. If the only thing that unites us is the threat, then every person or group will move to defend their interests. But if we meet around a hope in a better future, a future where we put an end to all forms of inequality, this global awareness will be transformed into positive energy.

Hope here is a necessary action. Our rosy dreams will probably not come to pass. But if we leave ourselves to our nightmares we'll be killed by fear before the Floods arrive.”

---

**Daniela Silvestre Jorge Ayoub** is an interdisciplinary PhD student within the Human Rights in Contemporary Societies program (CES-IIIUC). My research and writing focuses on the the colonial roots intrinsic to historical, existing and emerging security infrastructure(s); the impersonation of threathood; the gaze of surveillance (and its return); intersections of art and activism; the relationship between archives, digital epistemologies and desecuritization. I hold a BA in Political Science (William Paterson University, USA), an MA in Management (Steinbeis University, Germany), and an MSc in Development and International Relations (Aalborg University, Denmark). My professional experience is primarily nestled within the health and educational sectors in the regions of SWANA, North America and Western Europe. My research at III-CES is funded by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT).



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.